FOLHA DE SÃO PAULO | 24/02/19 | OPINIÃO

Começo

MARCOS LISBOA

Parece que a ficha não caiu. A reforma da Previdência não resultará na queda dos gastos com aposentadoria nos próximos anos. Trata-se apenas de estancar a sangria e evitar uma deterioração ainda maior das contas públicas.

Dependendo do que seja aprovado, alguns falam em economias na próxima década entre R$ 800 bilhões, na proposta de Temer, e pouco mais de R$ 1,3 trilhão, na proposta mais ambiciosa coordenada por Paulo Tafner.

Esses números imensos, porém, não significam redução dos gastos públicos atuais. Eles apenas estimam o quanto deixaremos de piorar. As reformas são apenas paraquedas, alguns melhores do que outros.

No caso da ambiciosa proposta de Tafner, as despesas com aposentadorias crescem cerca de 2% ao ano na próxima década. O projeto de lei encaminhado esta semana ao Congresso é mais modesto, o que significa um crescimento pouco maior das despesas.

Como se fosse pouca a desgraça, nenhuma dessas propostas resolve a crise fiscal dos estados; elas apenas desaceleram o seu processo de degradação.

Essa constatação não diminui a urgência de uma reforma ambiciosa da Previdência, apenas ressalta que ela deveria ser a primeira de muitas para resgatar a solvência das contas públicas.

No caso do governo federal, essa agenda passa por rever subsídios e desonerações setoriais, corrigir as distorções tributárias e interromper políticas públicas ineficazes, o que pode ser feito por medidas do Executivo ou por legislação aprovada pelo Congresso.

Resgatar a solvência dos estados passa por medidas bem mais difíceis e por outra casa de Brasília, o STF. O fim da contabilidade criativa deve revelar que muitos estados gastam perto de 80% do seu orçamento com folha de pagamentos de ativos e inativos.

Para agravar, o número de servidores da ativa se reduz rapidamente em razão das aposentadorias precoces, sem redução das despesas totais. Não há saída para a grave crise fiscal dos estados que não passe por uma redução dos gastos com folha de pagamentos.

Há anos, porém, liminares do STF dificultam aumentar a contribuição dos servidores para a Previdência. Além disso, pela jurisprudência atual, esse ajuste somente pode ser cobrado dos ativos. Não há como recuperar a solvência dos estados caso o Supremo mantenha essas restrições sobre o que pode ser feito.

A crise fiscal resulta em um país que descuida dos gastos com infraestrutura e que recorre a artifícios, como mudanças frequentes nas regras tributárias que surpreendem o setor privado. Walmart, Fnac, Citibank e agora a Ford reduzem seus negócios no Brasil. Falta saber quem restará para pagar a conta dos direitos adquiridos.

CORREIO BRAZILIENSE | 24/02/19 | POLÍTICA

GOVERNO »
Venda de imóveis frustra expectativa

» BERNARDO BITTAR

Imóveis da União colocados à venda com intuito de levantar recursos para o governo federal encalharam. Das 567 propriedades que entraram em alienação, apenas 39 foram vendidas — o que representa um ganho de R$ 42,9 milhões. Cálculos do ministério do Planejamento estimam que o governo tem quase R$ 300 bilhões em imóveis disponíveis para venda. São 681 unidades registradas, mas apenas aquelas que estavam em alienação nos últimos anos (2016 e 2017) foram colocadas à venda.

Para André Perfeito, mestre em Economia Política pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica), "o ministro Paulo Guedes quer levantar dinheiro para pagar as dívidas do país". Na avaliação dele, a venda de imóveis da União pode ser comparada com "uma família que deve dinheiro e não tem mais para onde recorrer. Agora, vende as joias da vovó". A ideia inicial seria aumentar o fluxo de dinheiro, saldar as dívidas, diminuir os juros e tentar melhorar a situação das contas públicas.

A Caixa Econômica Federal (CEF), confirmou que, em atendimento à Lei nº 13.240 de 2015, recebeu 567 imóveis para inclusão em processo de alienação. Apenas 39 deles foram vendidos, contabilizando o valor total de R$ 42,9 milhões. A Caixa esclarece, ainda, que o contrato firmado com a União teve sua vigência expirada em dezembro de 2017 e que não houve renovação — ou seja, novas propriedades não foram catalogadas depois do período.

Os anúncios de venda foram publicados em forma de edital no Diário Oficial da União (DOU). Essencialmente, os imóveis anunciados estão situados no Distrito Federal. Das 41 ofertas disponíveis, 17 foram arrematadas. "Vender imóveis é algo que faz parte de uma gestão normal. A União tem muitas propriedades inúteis, então é melhor tentar vender logo enquanto valem alguma coisa", analisa Fábio Klein, doutor em administração pública pela Fundação Getulio Vargas (FGV) de São Paulo

Mas, ainda segundo Klein, "não é simples fazer disso um grande caixa. Nem, sequer, seria uma questão estratégica. É uma ação secundária frente aos novos desafios". Para analistas, a venda é "precipitada" e apenas para saldar as dívidas, visto que "ainda não há projetos de investimento" desenvolvidos pelo ministério da Economia.